DocuSign Envelope ID: 392C1AC6-6785-4771-9BA8-08AEE57961E7

SANO

SANO Saneamento e Participações S.A.

CNPJ nº 13.419.211/0001-05

Relatório da administração

A SANO Saneamento e Participações S.A. (SANO) foi criada para atuar na resolução de problemas no setor de saneamento, em especial associados a sistemas de abastecimento de água (SAA) e em sistemas de esgotamento sanitário (SES), num quadro de sustentabilidade econômica, financeira, técnica, social e ambiental. A Companhia é uma *holding* de investimentos e participações focada no setor de saneamento, desempenhando atividades de gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo processo do ciclo integral da água - captação, tratamento e abastecimento de água e coleta, afastamento e tratamento de esgoto, além de desenvolver novos projetos e prestar consultorias diversas na área. Atualmente, através de sua investida, controlada conjuntamente, SGA-Sistemas de Gestão Ambiental S.A. (SGA), na qual detém 50% do capital social, controla a Concessionária Águas de Mandaguahy, que é responsável pela exploração dos serviços públicos municipais de captação, tratamento e produção de água para abastecimento no município de Jaú (SP) e controla conjuntamente a Concessionária Águas de Votorantim, responsável pela gestão integrada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Votorantim (SP). A SANO estrutura, prospecta, investe e administra negócios de saneamento básico que necessitam de capital para crescimento, com perspectivas de forte geração de caixa e lucros. Através de uma abordagem rigorosa, proativa e disciplinada a Companhia busca oportunidades no setor de Saneamento, com investimentos orientados a projetos nos quais a empresa detém amplo conhecimento, garantindo a valorização do capital dos sócios, além de proteger, promover e valorizar o ambiente natural e humano. Integrando o Grupo BMPI Infra, investidora brasileira com grande *know how* nos setores de Saneamento, Ambiental, Transporte e Logística, Energia, Infraestrutura Social e *Real Estate*. O impacto positivo da atividade da SANO sobre a qualidade do ambiente, a saúde pública, os níveis de atendimento e a sustentabilidade global do setor é resultado de uma cultura empresarial pautada pelo rigor, transparência, profissionalismo e conhecimento técnico da equipe. Desempenho O resultado no exercício de 2021 foi aderente ao Plano de Negócios da empresa. Nossos esforços foram direcionados ao desenvolvimento e concretização de novos investimentos no setor de saneamento, mediante a participação em vários certames licitatórios. Pautados pelos mais rígidos padrões éticos e pela disciplina de capital, a Companhia espera incorporar valor ao seu portfólio atual. Para o ano de 2022, perspectivamos a manutenção da estratégia e foco da Companhia, fortalecido com a implantação novo marco regulatório de Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020). Do ponto de vista da operação e manutenção dos sistemas administrados por cada uma das Concessionárias, o ano de 2021 representou a continuidade na consolidação das operações, com foco no melhoramento da gestão, dos processos, dos sistemas e, em especial, na capacitação e bem-estar de pessoas. O desempenho de 2021 da SANO continuou marcado pelos riscos e incertezas decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Neste contexto, nas investidas da Companhia foram mantidos os Comitês de Crise e de Continuidade dos Negócios, com a continuidade da adoção de medidas visando a preservação da saúde, segurança e bem-estar dos colaboradores, bem como a continuidade da prestação dos serviços, garantindo atendimento integral aos usuários e clientes. Desta forma, os Comitês de Crise e de Continuidade dos Negócios deram seguimento aos planos nas investidas com o objetivo de viabilizar: • A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestruturas tecnológicas (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalho remoto (home office), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, participação maciça no programa de vacinação contra a COVID-19, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais e a implementação de novas funcionalidades nas agências virtuais, por forma a assegurar a migração do atendimento dos clientes para os canais remotos. • A preservação do fluxo de caixa, manutenção e reforço da liquidez, visando manter a resiliência financeira. Destacam-se o reforço do rigor orçamentário, com o objetivo de otimização dos investimentos, de redução de despesas e, quando necessário, a ampliação das linhas de crédito com a contratação de capital de giro para reforço do caixa. • O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de medidas externas que pudessem (e possam) minimizar os impactos da COVID-19 e contribuir com a sociedade dos municípios onde as investidas atuam, como a doação de água, alimentos, produtos de limpeza e higiene e a desinfecção de ruas e de unidades de saúde. A Administração da SANO e das Investidas analisaram os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19, não tendo sido identificados impactos relevantes que requeressem ajustes sobre as informações contábeis de 31 de dezembro de 2021. Receitas As receitas, decorrentes do contrato de prestação de serviços com a Concessionária Águas de Votorantim, apresentam um crescimento de 6,12% em relação ao ano de 2020. De destacar que a AGERV - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Votorantim foi extinta, passando o contrato de Concessão de Águas de Votorantim a ser regulado e fiscalizado pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (ARES-PCJ). Equivalência patrimonial Em 2021, a Companhia apresentou um resultado de equivalência patrimonial, função dos investimentos detidos, 84,10% menor que em 2020. Este decréscimo se deve à menor prestação anual de Águas de Mandaguahy, motivada pela redução de receita desta concessionária. A redução em causa é decorrente de um menor volume de água consumido, face ao estabelecido em contrato, pela Concessionária Plena dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Município de Jaú (SP). Adicionalmente, a redução da receita da Concessionária Águas de Mandaguahy foi motivada pela aplicação de tarifa menor, face ao estabelecido em contrato, por aquela Concessionária Plena. Ambas as questões - Volume e Tarifa - estão tramitando judicialmente. Lucro líquido Em 2021 a SANO apresentou um lucro líquido de R$ 609 mil, gerado pela equivalência patrimonial de suas investidas. Apesar da menor prestação da Concessionária Águas de Mandaguahy, o resultado está alinhado com o esperado no Plano de Negócios para o ano, refletindo a maturidade e capacidade de gestão das Concessionárias participadas e da própria Companhia. Compliance A SANO possui, e dissemina ativamente junto de suas Investidas, um Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno dotado de mecanismos de integridade, em consonância com o cumprimento das leis, com requisitos e recomendações desenvolvidos pela Organização Internacional de Normatização - ISO, com tolerância zero a atos de corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, discriminação e comportamentos antiéticos. Em sua governança corporativa, a SANO estabeleceu que o Sistema de Gestão exerce reporte direto para o Conselho de Administração, que cabe determinar as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Os mecanismos do Sistema de Gestão visam consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética, da integridade, da tolerância zero ao suborno e mitigação de riscos. A SANO segue consolidando e ratificando o cumprimento dos requisitos legais e legislação aplicável e demonstrando, para os seus concorrentes, clientes, parceiros e stakeholders, a importância de um mercado mais íntegro e ético.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	180	1.563	1.564
Tributos a recuperar		10	24	24
Partes relacionadas	4	3.766	3.689	3.689
Total do ativo circulante		3.956	5.276	5.277
Ativo não circulante				
Créditos a receber		100	100	100
Partes relacionadas	4		5	
Ativo fiscal diferido	11.a	4.844	4.884	4.884
Investimentos	5	19.862	19.615	19.615
Intangível		1	4	4
Total do ativo não circulante		24.807	24.608	24.603
Total do ativo		28.763	29.884	29.880

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Passivo circulante				
Obrigações tributárias	6	7	6	6
Tributos sobre o lucro a pagar		3		
Partes relacionadas	4	3.420	1.500	1.500
Total do passivo circulante		3.430	1.506	1.506
Passivo não circulante				
Provisão perda de investimentos	5		4	
Total do passivo não circulante			4	
Patrimônio líquido				
Capital social	7	21.804	21.804	21.804
Reservas de lucros	7	3.529	6.570	6.570
Total patrimônio líquido		25.333	28.374	28.374
Total do passivo e patrimônio líquido		28.763	29.884	29.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Receita operacional líquida	8	429	403	403
Custo dos serviços prestados		(2)	(2)	(2)
Lucro bruto operacional		427	401	401
Receitas (despesas) operacionais				
Administrativas, comerciais e gerais	9	(94)	(393)	(393)
Despesas tributárias		(1)	(1)	(17)
Equivalência patrimonial	5	324	2.401	2.417
Outras receitas(despesas) operacionais		57		
		286	2.007	2.007
Lucro antes do resultado financeiro		713	2.408	2.408
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	10	(2)	(2)	(2)
Receitas financeiras	10	8	18	18
		6	16	16
Lucro antes dos impostos		719	2.424	2.424
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(70)	(4)	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(40)	(2)	(2)
		(110)	(6)	(6)
Lucro líquido do exercício		609	2.418	2.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	719	2.424	2.424
Depreciação/Amortização	2	2	2
Equivalência patrimonial	(324)	(2.401)	(2.417)
	397	25	9
Redução dos ativos			
Tributos a recuperar	14	35	51
Aumento dos passivos			
Obrigações trabalhistas	3		
Tributos pagos sobre o lucro	(67)	(4)	(4)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	347	56	56
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		4.574	4.574
Caixa gerado nas atividades de investimento		4.574	4.574
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas		176	176
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.730)	(3.500)	(3.500)
Caixa aplicado pelas atividades de financiamento	(1.730)	(3.324)	(3.324)
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.383)	1.306	1.306
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.563	257	258
No final do exercício	180	1.563	1.564
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.383)	1.306	1.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros retidos	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.804	383	7.269		29.456
Distribuição de dividendos			(3.500)		(3.500)
Resultado do exercício				2.418	2.418
Destinação do resultado do exercício					
Constituição de reserva legal		121		(121)	
Reserva de lucros			2.297	(2.297)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.804	504	6.066		28.374
Distribuição de dividendos			(3.650)		(3.650)
Resultado do exercício				609	609
Destinação do resultado do exercício					
Constituição de reserva legal		30		(30)	
Reserva de lucros			579	(579)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.804	534	2.995		25.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado ao contrário)

1. Contexto Operacional: A SANO Saneamento e Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de investimentos e participações focada no Setor de Saneamento, situada na Rua Renato de Paes, 750 - conjunto 102 e 103 - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP, com início de suas operações em março de 2011. A Companhia participa do Setor de saneamento através de suas investidas. Como é amplamente conhecido, em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa - Coronavírus-COVID-19 - começou na China e, desde o início de 2020, se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil, sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica mundial, que por sua vez tiveram algumas implicações nas atividades da Companhia, todavia não foram notados impactos significativos nas operações da Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto em decorrência da pandemia. A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas agências e demais autoridades sanitárias, monitorando a evolução da situação e avaliando, em permanência, o impacto da COVID-19 em seus negócios. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 22 de abril de 2022. 2.1.1. Base de consolidação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não incluem as demonstrações contábeis consolidadas, em decorrência de alienação de participação societária em controlada. A participação societária da Companhia em coligadas e controladas, em 2020, está abaixo indicada:

Participação	Investimento	% de participação 2021	% de participação 2020
Direta			
SANO Projetos em Saneamento Ltda. (i)	Controlada		99,99%
SGA Sistemas de Gestão Ambiental S.A.	Coligada	50,00%	50,00%
Indireta			
Águas de Mandaguahy S.A. (ii)	Coligada	42,44%	42,44%
Águas de Votorantim S.A.	Coligada	20,00%	20,00%

(i) Participação foi alienada em 2021; (ii) A investida indireta é uma controlada da SGA Sistemas de Gestão Ambiental. Uma vez que a SGA é uma coligada da Companhia, a Águas de Mandaguahy é considerada uma coligada. A controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a controladora obtém controle, e continuará a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir e/ou ocorrer sua incorporação. As demonstrações contábeis de 2020 foram elaboradas para o mesmo período de divulgação das demonstrações contábeis, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo. Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulte em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Ao perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. 2.1.2. Moeda funcional e de apresentação: O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em milhares de reais, sua moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis. 2.1.3. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.2. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. *Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI"). Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) *Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva:* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. ii) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. *Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado:* Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. *Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado:* O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) Investimentos: Nas demonstrações contábeis os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As participações societárias da Companhia estão apresentadas à nota explicativa 2.1.1. d) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição e posteriormente deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela vida útil econômica estimada. Saldo composto pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e de software. Sendo o ágio avaliado anualmente através do teste de *impairment*. e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: *i) Imposto de renda pessoa jurídica:* a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R$240 mil; *ii) Contribuição social sobre o lucro líquido:* à alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar às entidades fiscais. *Tributos sobre o lucro - diferidos:* O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. *Tributos sobre serviços:* Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto: • Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. g) Provisões - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. h) Reconhecimento da receita: O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. i) Classificação circulante versus não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. **2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Vida útil dos bens do intangível: Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Impostos Diferidos: Impostos diferidos são gerados: (i) por prejuízo fiscal na data do balanço; ou (ii) adições e exclusões temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.4. Novas normas e interpretações de normas avaliadas e implementadas nas demonstrações contábeis:** Em 2021, a Companhia aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações foram:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23: Definição de material	Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 48e (CPC 06(R2): Reforma da Taxa de Juros de Referência	Fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.
Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.	Essas alterações não têm impacto significativo nas demonstrações contábeis.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia em virtude de alterações decorrentes de IFRSs/CPCs novas e revisadas não adotadas antecipadamente pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas à: i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade; ii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; iii) CPC 27- Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido; iv) CPC 15(R1) - Referência à Estrutura Conceitual.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Caixas e bancos	44	43	44
Aplicações financeiras	136	1.520	1.520
Total	180	1.563	1.564

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de aproximadamente 98,20 % do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4. Partes relacionadas: Os saldos finais das transações ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020 entre a Companhia e as partes relacionadas são como segue:

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Ativo			
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. **(i)**	3.766	3.689	3.689
Sano Projetos em Saneamento Ltda.		5	
Total	3.766	3.694	3.689
Ativo circulante	3.766	3.689	3.689
Ativo não circulante		5	
Passivo circulante			
BMPI Infra S.A. **(ii)**	3.420	1.500	1.500
Total	3.420	1.500	1.500

(i) Dividendos a receber; **(ii)** Dividendos a pagar

Resultado	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Receita de serviços prestados			
Águas de Votorantim S.A.	500	470	470
Total	500	470	470

5. Investimentos: a) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Controladora 2021

	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Coligadas					
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	50	25.372	650	12.686	325
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. - Ágio				7.177	
				19.863	325

Controladora 2020

	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Controlada					
Sano Saneamento e Projetos Ltda.	99,99	(4)	(16)	(4)	(16)
Coligadas					
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	50	24.876	4.834	12.438	2.417
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A. - Ágio				7.177	
				19.611	2.401

b) A movimentação do investimento é a seguinte:

Controladora 2021

	31/12/2020	Dividendos distribuídos	Alienação	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Controlada					
Sano Projetos em Saneamento Ltda. (i)	(4)		4	(1)	
Coligadas					
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	12.438	(77)		325	12.686
SGA - Sistema de Gestão Amb. S.A. Ágio	7.177				7.177
	19.611	(77)	4	324	19.863

(i) A participação societária foi alienada em 2021, sendo apurado o ganho de R$ 57, totalmente recebido no exercício.

Controladora 2020

Descrição	31/12/2019	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Controladas				
Sano Projetos em Saneamento Ltda.	12		(16)	(4)
Coligadas				
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	14.595	(4.574)	2.417	12.438
SGA - Sistema de Gestão Amb. S.A. Ágio	7.177			7.177
	21.784	(4.574)	2.401	19.611

Consolidado 2020

	31/12/2019	Dividendos recebidos	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Coligadas				
SGA - Sistema de Gestao Ambiental S.A.	14.595	(4.577)	2.417	12.438
SGA - Sistema de Gestao Amb. S.A. Ágio	7.177			7.177
	21.772	(4.577)	2.417	19.615

6. Obrigações tributárias

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
PIS	1	1	1
COFINS	4	3	3
ISS s/faturamento	2	2	2
Total das obrigações tributárias	7	6	6

7. Patrimônio líquido: 7.1. Capital social: O capital social totalmente integralizado é de R$21.804 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, dividido em 15.863.045 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **7.2. Reserva de lucros:** A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; • 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 a Companhia realizou a distribuição R$3.650 de dividendos, deliberada na AGE de 10/05/2021 e constituiu reserva legal R$ 30. Em 2020, a Companhia realizou a distribuição de dividendos aos acionistas de R$ 3.500.

8. Receita operacional líquida

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Serviços prestados	500	470	470
Deduções	(71)	(67)	(67)
Receita líquida total	429	403	403

9. Natureza dos custos e despesas administrativas

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Mão de obra e encargos		(4)	(4)
Serviços prestados por terceiros e locações	(76)	(373)	(373)
Despesas com viagens		(3)	(1)
Outros	(18)	(13)	(15)
Depreciação e amortização	(2)	(2)	(2)
Total de custos e despesas	(96)	(395)	(395)
Classificadas como			
Custo dos serviços prestados	(2)	(2)	(2)
Despesas administrativas e gerais	(94)	(393)	(393)
Total	(96)	(395)	(395)

10. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2020
Receitas financeiras			
Receita aplicação financeira	6	16	16
Variação monetária	2	2	2
Total das receitas financeiras	8	18	18
Despesas financeiras			
Taxa, comissões e fianças	(2)	(2)	(2)
Total das despesas financeiras	(2)	(2)	(2)
Resultado financeiro líquido	6	16	16

11. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência. A seguir apresentamos os valores reconhecidos no exercício para apuração do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.534	2.417
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(521)	(822)
Resultado de equivalência patrimonial	387	816
Outros	24	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(110)	(6)
Alíquota IR/CS efetiva %	7,21%	0,23%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(70)	(4)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40)	(2)

a) A seguir, a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício:

2021	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Saldos em dezembro de: Valor líquido	Saldos em dezembro de: Ativo fiscal diferido
Prejuízo fiscal a compensar	4.884	(40)	4.844	4.844
Imposto diferido ativo	4.884	(40)	4.844	4.844

2020	Saldo líquido em 1º janeiro	Reconhecimento no resultado	Saldos em dezembro de: Valor líquido	Saldos em dezembro de: Ativo fiscal diferido
Prejuízo fiscal a compensar	4.886	(2)	4.884	4.884
Imposto diferido ativo	4.886	(2)	4.884	4.884

A Companhia projeta que continuará auferir lucro tributável nos anos subsequentes e por isso mantém contabilizado o saldo de crédito diferido sobre o prejuízo fiscal e saldo negativo de contribuição social existente.

b) Previsão de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Anos	Total
2022	37
2023	92
2024	152
2025	153
2026 em diante	4.410
Total	4.844

12. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) Gestão de riscos financeiros: *a.1 Fatores de risco financeiro:* As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas. **b) Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. ***(i) Risco de taxa de juros:*** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. ***(ii) Análise de sensibilidade:*** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos financeiros
CDI	Aplicações financeiras

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2022, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2022 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2021, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2021 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2022. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2022 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Taxa anual estimada p/ 2022	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI	136	9,82%	11,50%	1,68%	2,29
CDI + 3,25%		13,07%	14,75%	1,68%	2,29
CDI + 3,70%		16,77%	15,20%	1,68%	2,29
Cenário I					
CDI	136	9,82%	14,38%	4,56%	6,21
CDI + 3,25%		13,07%	17,63%	4,56%	6,21
CDI + 3,70%		16,77%	18,08%	4,56%	6,21
Cenário II					
CDI	136	9,82%	17,25%	7,43%	10,12
CDI + 3,25%		13,07%	20,50%	7,43%	10,12
CDI + 3,70%		16,77%	20,95%	7,43%	10,12

c) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, em destaque para aplicações financeiras. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	180	1.564
Partes Relacionadas	Custo amortizado	3.766	3.689
Passivos financeiros			
Partes relacionadas	Custo amortizado		5

d) Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo. **e) Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **f) Risco de crédito:** Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. **13. Provisão para riscos:** A Companhia e suas controladas diretas, não são parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

Bruno Costa Carvalho de Sena - Diretor-Presidente
Alicia Maria Gross Figueiró - Diretora Administrativo-Financeira
Pedro Miguel Cardoso Alves - Diretor de Investimentos

Farley Vasconcelos Botelho - Contador CRCMG 84.315/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **SANO Saneamento e Participações S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da SANO Saneamento e Participações S.A. ("Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* Auditoria das demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro valores de 2020, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou outro auditor independente. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2022.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Yago Freitas - Contador CRC: MG-091499/O-3

DocuSigned by:
Gazeta de S.Paulo
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 27/04/2022 20:23:40 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*